



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)

RESOLUÇÃO Nº 1.110/2015

Publicada no D.O.E. de 21-03-2015, p. 25-26

Fixa critérios e condições para acompanhamento e controle de afastamento de docentes para curso de pós-graduação em mestrado, doutorado e pós-doutorado.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no exercício de suas competências legais e regimentais, em consonância com a Lei Federal nº 9.394/96, Estaduais nº 6.677/94 e nº 8.352/02, com o Decreto Governamental nº 7.899/01 e o que consta no processo nº 0603130116589, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Fixar critérios e condições para acompanhamento e controle de afastamento de docentes para curso de pós-graduação em mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Parágrafo Único. O afastamento para qualificação profissional é direito pleno do docente, computado como de efetivo exercício acadêmico e passa a ser regulado pela presente Resolução, de acordo com os seguintes critérios:

I - ser docente do quadro efetivo da instituição e ter concluído o Estágio Probatório;

II - comunicar por escrito ao Departamento da pretensão de participar de processo seletivo de pós-graduação, constante da programação do Departamento e do Plano Individual de Trabalho (PIT); e,

III - ter sua solicitação apreciada pela área de conhecimento, pelo Colegiado de Curso e, posteriormente, deliberada pelo Conselho de Departamento.

Art. 2º. O afastamento será concedido mediante comprovação de que o docente foi aprovado em programa de pós-graduação oferecido por instituição oficial e devidamente recomendado pela CAPES/MEC.

§ 1º. Com relação a Cursos no Exterior, o Programa deverá ser reconhecido pelo sistema oficial de educação do respectivo País.

§ 2º. Será permitido o afastamento parcial, para cursos realizados no Brasil, de acordo com opção explícita do interessado.

Art. 3º. Caberá ao Departamento planejar e garantir o processo de liberação do docente, procedendo às adequações necessárias, no semestre anterior ao afastamento do interessado, com o apoio da Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP), para assegurar o funcionamento regular de suas atividades, através de:

- a) remanejamento de carga horária entre os docentes do Departamento, quando houver disponibilidade de professor da área;
- b) indicação de professor da própria instituição na condição de cooperador;
- c) seleção pública docente, para professor substituto; e,
- d) contratação de professor de outra instituição através de processo de seleção simplificada, na condição de professor Visitante.

Parágrafo Único. Esgotadas as possibilidades previstas nas alíneas antecedentes, o pleiteante aguardará situação favorável, assegurando-se-lhe o caráter de prioridade.

Art. 4º. Quando se tratar do afastamento de mais de um docente da mesma área, o Departamento, ouvido o Colegiado, obedecerá, em ordem de prioridade, os seguintes critérios para liberação:

- a) não possuir o docente qualificação *stricto sensu*;
- b) estar envolvido/desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão aprovados pelo Departamento, devidamente registrados no SIP, PIT e NUPE;
- c) ter maior tempo de serviço na instituição;
- d) maior regime de trabalho na instituição;
- e) maior tempo decorrente da última qualificação *stricto sensu*; e,
- f) maior número de trabalhos científicos publicados.

Art. 5º. A duração do afastamento será de vinte e quatro meses para os cursos de mestrado, de quarenta e oito meses para os cursos de doutorado e de doze meses para os cursos de pós-doutorado, prorrogáveis por até doze meses.

§ 1º. O pedido de prorrogação de que trata o *caput* deste artigo será solicitado pelo requerente com as devidas recomendações e justificativas do orientador e/ou Coordenação do programa de pós-graduação, acompanhado de plano de trabalho para apreciação e aprovação do Conselho de Departamento.

§ 2º. A duração do afastamento especificado no *caput* deste artigo aplica-se tanto para os cursos regulares quanto para os cursos modulares.

§ 3º. O pedido de afastamento para cursos no exterior deverá observar as normas estabelecidas pela legislação vigente.

Art. 6º. Ao solicitar o afastamento, o docente deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) comprovante de aprovação no programa de pós-graduação;
- b) formulário de afastamento, fornecido pela Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP) devidamente preenchido;
- c) termo de compromisso de retorno ao Departamento de lotação; e,
- d) Declaração do Departamento de atendimento ao exposto no Art. 3º desta Resolução.

Parágrafo Único. Após apreciação e aprovação do pedido de afastamento pelo Conselho de Departamento, a Direção deverá encaminhar a documentação supracitada,

acompanhada de certidão de ata à Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP), para providências cabíveis.

Art. 7º. O controle e acompanhamento do docente em pós-graduação serão feitos mediante apresentação semestral de relatório em formulário próprio e comprovante de matrícula, que serão encaminhados ao Departamento com cópia a Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP).

Parágrafo Único. O docente terá seu afastamento interrompido caso não apresente a documentação contida no caput deste artigo.

Art. 8º. O docente assumirá o compromisso, mediante termo escrito, de retornar para o Departamento de Lotação, após a realização do curso, para cumprimento do período igual àquele do afastamento, com carga horária não inferior ao regime de trabalho que possuía durante o período do curso.

§ 1º. O docente só poderá solicitar novo afastamento para cursos de pós-graduação no País mediante apresentação de justificativa consubstanciada e aprovação do Departamento.

§ 2º. O docente somente poderá participar de estudos de pós-graduação no exterior mediante expressa autorização do Governador do Estado. A ausência não excederá a 2 (dois) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) anos e, findo o estudo, somente decorrido igual período poderá ser permitida nova ausência.

§ 3º. É vedado o estabelecimento de vínculos com programas especiais remunerados durante o período de afastamento.

Art. 9º. Ao docente afastado será assegurado o salário, somado às vantagens resultantes da manutenção de seu vínculo com a Universidade.

Parágrafo Único. O docente que se afastar, nos termos da presente Resolução, após seu retorno, não poderá licenciar-se para tratar de interesse particular, nem pedir exoneração antes de decorrido prazo igual ao do seu afastamento, salvo mediante indenização prévia das despesas referentes ao período em que esteve afastado.

Art. 10. O docente poderá se beneficiar de ajuda de custo ou bolsa de estudo, quando seu afastamento ocorrer mediante vínculo com programa da UNEB ou de outras instituições de ensino superior, devidamente recomendadas pela CAPES.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CONSU nº 462/2007.

Serrinha/BA, 06 de março de 2015.

Jose Bites de Carvalho
Presidente do CONSU